

11

**ATA DA
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA NO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2014
NO SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO CONCELHO
Nº 01/2014**

MESA DA ASSEMBLEIA: Presidente - Fernando Pereira Campos, Sandra Isabel André dos Reis, 2º Secretário - Maria Cândida Pereira Eiras. _____

PRESENCAS: Arnaldo António de Moura Silvestre Videira; António Pereira dos Penedos, Paulo Sérgio Pereira Aleixo, Adérito Vaz Pinto, Magda Pereira Barroso, Carlos Alberto Mendes Ferreira, Armindo de Sousa Pereira, Odete Cristina Queiroga Moreira, Manuel Baltazar Batista Pereira, Luís Miguel Morais Pires, Paulo Jorge Rua Pereira, António Dias do Couto, Daniel Costa Moura Dias, José Manuel Fernandes Pereira, Camilo Anes Pires, Lúcia Martins Dias Mó, António Paulo Pereira Sanches, José Quintas Lage, Miguel Duque Couto e José Rua Dias, membros da Assembleia. _____

AUSÊNCIAS: Albano Fernandes Álvares e Augusta Monteiro da Fonte. _____

SECRETARIOU: Filipe Silva, Secretário do GAP. _____

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL: Fernando Eirão Queiroga, Presidente da Câmara, António Guilherme Forte Leres Pires, Vice-Presidente, Maria do Céu Domingues Fernandes, Ana Luísa Pires Monteiro e Toni Eduard Pires Teixeira, vereadores. _____

HORA DE ABERTURA: 15 horas e 00 minutos. _____

20

___ 1 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: _____

___1.1 - Aprovação da ata da sessão ordinária de 16 de dezembro; _____

___1.2 - Assuntos de interesse Municipal nos termos do regimento; _____

___ 2 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

___2.1 - Apreciação de uma informação escrita do senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e financeira nos termos da lei; _____

___2.2 - Minuta de "Acordo de Execução de Delegação de Competências" a celebrar com as Juntas de Freguesia; _____

___2.3 - Minuta de "Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências - Conservação e Manutenção de Vias Municipais", a celebrar com as Juntas de Freguesia; _____

___2.4 - Proposta de fusão por incorporação da "EEA - Empreendimento Eólico da Alvadia, EIM, Lda." Sociedade incorporada na sociedade EHATB - Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A., sociedade incorporante / Pedido de autorização; _____

___O senhor Presidente da Assembleia Municipal, dada a ausência do 1.º secretário, Albano Álvares, propôs à Assembleia que integrasse a mesa, o membro da Assembleia Municipal, Sandra Reis, o que não obteve qualquer oposição. Após verificação do quórum, o Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, dando cumprimento ao determinado pela respectiva convocatória. De imediato, deu conhecimento da cor-

respondência recebida: ofício do Grupo Municipal do PS (reg. 1918, de 30/dez.), através do qual é indicado o líder do grupo de eleitos daquele partido na Assembleia Municipal, o membro da Assembleia Adérito Vaz Pinto; ofício (reg. 335, de 30/jan.) da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Boticas através do qual é enviado o Relatório de Avaliação de Atividades 2013; Ofício do cidadão José Anselmo dos Reis Moura (reg. 338, de 31/jan) através do qual solicita certidão do conteúdo das deliberações aprovadas na sessão da Assembleia Municipal de 3 de setembro 2013; ofício (reg.419, de 7/fev) da Câmara Municipal de Elvas através do qual é apresentado uma moção em defesa dos doentes oncológicos; ofício (reg. 532, de 18/fev) do cidadão José Anselmo dos Reis Moura através do qual informa que pretende cópias não autenticadas dos documentos da sessão da Assembleia Municipal de 3 de setembro 2013, que entretanto já tinham sido entregues; ofício (reg. 596, de 24/fev) da eleita na Assembleia Municipal, Augusta Monteiro da Fonte, a comunicar a sua renúncia ao cargo naquele órgão, nos termos da lei. Deu ainda conhecimento de terem sido enviados à Assembleia Municipal o "Orçamento e Plano de Atividades para 2014 da Associação de Municípios Portugueses do Vinho".

1.1 - Aprovação da Ata da Sessão Ordinária de 16 de dezembro;

Uma vez que a minuta da ata foi previamente enviada em suporte digital aos membros da Assembleia Municipal, dispen-



sou-se a sua leitura.

___ Neste ponto da Ordem de Trabalhos usaram da palavra os seguintes intervenientes:

___ O membro da Assembleia Municipal, Adérito Pinto, que informou a mesa de que iria apresentar uma declaração de voto relativo a este ponto.

___ O membro da Assembleia Municipal, Arnaldo Videira, que iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes na sessão, informando que se iria abster porque não esteve presente na referida sessão. Referiu ainda alguns aspetos presentes na ata, nomeadamente o facto de não existir igualdade no tratamento dos membros da Assembleia Municipal, em que é mencionado o título académico apenas para alguns dos membros.

___ O Presidente da Junta de Freguesia de Dornelas que procedeu à leitura de uma declaração de voto apresentada pelo próprio a manifestar o seu voto contra.

___ O membro da Assembleia Municipal, Adérito Pinto, que interviu para manifestar o seu voto contra pelas razões referidas na declaração de voto apresentada, nomeadamente quanto ao mencionado nos pontos 2.13, 2.14 e 2.15 da ata, estando referido a ausência de alguns dos membros da Assembleia na votação desses pontos, o que na realidade não aconteceu, embora não tenham efetivamente votado. Expressiu ainda que não concorda com o último parágrafo da ata, que coloca a aprovação da ata em minuta e que deveria ser a "minuta da

ata". Mencionou que foram apresentadas várias declarações de voto contra a aprovação de alguns dos pontos que não integraram a ata como deveria ter acontecido. Considerou ainda que nem todas as intervenções estão referidas. _____

___O Presidente da Assembleia Municipal que relativamente ao tratamento dos membros da Assembleia na ata, tinha dado indicações ao secretariado para serem todos tratados sem a menção de títulos académicos, pretendendo que tal se mantenha no futuro e que se trata de um lapso que será imediatamente corrigido. Referiu-se à ausência mencionada na ata, de alguns membros da Assembleia na votação dos pontos 2.13, 2.14 e 2.15 informando que essas irregularidades serão colmatadas através da repetição dos votos dos pontos referidos na próxima reunião. Quanto às declarações de voto apresentadas, comunica que as mesmas serão anexas à ata. No que toca à suposta omissão de eventuais intervenções, voltou a referenciar que a ata apenas incluiu o que de mais relevante se passou na Assembleia. No que se refere à aprovação da ata em minuta, afirmou que se torna necessário, uma vez que existem pontos urgentes e importantes que necessitam de serem aprovados para os mesmos terem efeitos imediatos. Nesse âmbito, referiu desde já, que irá solicitar à Assembleia Municipal a autorização para a mesa e o secretariado elaborarem ata da presente sessão em minuta. _____

___O membro da Assembleia Municipal, Arnaldo Videira, que questionou se as declarações de voto iriam ser efetivamente

B

transcritas ou anexas à ata. _____

___O Presidente da Assembleia Municipal reiterou que as mesmas ficarão anexas à ata. _____

___De seguida foi posta a ata a votação, tendo sido aprovada por maioria com três votos contra e uma abstenção. _____

___ 1.2 - Assuntos de Interesse Municipal nos termos do regimento; _____

___Neste ponto da Ordem de Trabalhos usaram da palavra os seguintes intervenientes: _____

___O membro da Assembleia Municipal, Magda Barroso, que iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes desejando um bom ano de dois mil e catorze, tendo em conta que é a primeira sessão da Assembleia este ano. Informou da apresentação de uma moção relacionada com as imposições fiscais e de segurança social aplicáveis aos agricultores. Solicitou ao Presidente da Câmara a posição da Câmara Municipal na reunião hipoteticamente havida com o Secretário de Estado das Florestas, no âmbito dos baldios. _____

___O membro da Assembleia Municipal, Paulo Aleixo, que iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Leu a moção de voto apresentada por aquele Grupo Municipal relativa à XVI Feira Gastronómica do Porco. _____

___O membro da Assembleia Municipal, Carlos Ferreira, que iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e que procedeu à leitura da moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD relativa ao encerramento do Tribunal de

Boticas.

____O Presidente da Câmara Municipal que iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes, em particular o membro da Assembleia Municipal, Arnaldo Videira, por estar pela primeira vez presente nas sessões da Assembleia Municipal. Relativamente à ata da última sessão considera que a mesma transcreve com o rigor exigido o que de mais relevante se passou. Quanto à aprovação da ata em minuta, considera necessário uma vez que existem pontos importantes que necessitam de produzir efeitos imediatos como é o caso do Plano e Orçamento. Referiu, no entanto, que são matérias a ter em consideração nas próximas sessões. No que toca à reunião referida pelo membro da Assembleia Municipal, Magda Barroso, afirma que com ele nunca aconteceu nenhuma reunião com o Secretário de Estado das Florestas. Quanto à moção apresentada pela mesma referiu que o seu conteúdo é de âmbito nacional, que deveria ser debatido na Assembleia da República e não nesta Assembleia por não ter competências para apreciar tal moção. Ainda relativamente ao referido na moção referiu que as propostas nela contidas deveriam ser fundamentadas, que tudo deve ter regras e que nessa matéria a Câmara Municipal já teve reuniões com agricultores no sentido de encontrar formas de apoiar a atividade. Mencionou que apesar de concordar com a redução, este não é o órgão com poderes para tal. No que toca à moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD acerca da Feira Gastronómica do Porco, con-

cordou que o evento foi um sucesso destacando, entre outros fatores, a presença do Programa televisivo da TVI "Somos Portugal" que lhe deu ainda maior dimensão. Quanto à moção apresentada pelo mesmo Grupo Municipal acerca do encerramento do Tribunal de Boticas, referiu que, até 31 de agosto não baixará os braços e que o encerramento é uma injustiça para com os munícipes de Boticas, estando em curso a apresentação de uma Ação Popular, além de eventuais outras medidas a adotar. Referiu que falou do caso de Boticas na sua intervenção no recente Congresso do PSD e que não existe disciplina de voto quando os interesses do concelho são afetados. Informou ainda da previsão de reuniões com várias entidades, acrescentando " se não nos ouvem de uma maneira, ouvem-nos de outra".

___O Presidente da Assembleia Municipal que informou que irão ser eliminados os títulos académicos ainda existentes na ata. Aproveitou ainda para felicitar o Presidente da Câmara Municipal pela intransigente defesa do Tribunal de Boticas, referindo que há agora muita gente e até Municípios que se aperceberam que o fecho dos tribunais será muito prejudicial, recordando que processos que implicam valores superiores a cinquenta mil euros terão de ser tratados em Vila Real. Quanto à Feira Gastronómica do Porco, afirmou ter sido um êxito e que o programa televisivo referido constituiu-se como um extraordinário meio de divulgação.

___O membro da Assembleia Municipal, Adérito Pinto, referiu-

se à moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD contra o encerramento do Tribunal de Boticas com a qual o PS concorda e que até poderia ter sido apresentada em conjunto, informando que o PS irá votar a favor da moção apresentada pelo PSD. Solicitou esclarecimentos sobre o que tem sido feito relativamente a este caso, nomeadamente quanto aos desenvolvimentos verificados após a manifestação contra o encerramento do Tribunal de Boticas, onde considera que o Presidente da Câmara fez um bom discurso, bem como as medidas previstas junto dos partidos e outras entidades pelo Município. Referiu que a população poderia estar ainda mais envolvida contra o encerramento do tribunal, dando exemplo de que se se tratasse do encerramento de uma unidade de saúde ou de um hospital a adesão seria maior, afirmando até que, para alguns, quanto mais longe estiver a justiça melhor. Criticou ainda a Ministra da Justiça considerando que ficará na história mas pelas piores razões. _____

___O membro da Assembleia Municipal, Magda Barroso, que referiu já esperar tal resposta do Presidente da Câmara relativamente à moção apresentada pela própria. Afirmou não estar contra impostos mas que no entanto existem muitas situações em que a carga fiscal é pesada para os agricultores. _____

___O Presidente da Câmara Municipal que respondeu ao membro da Assembleia Municipal, Magda Barroso, referindo que o exemplo dado não se situa no concelho. Reiterou que conhece a realidade dos agricultores, sabe e sente as dificuldades e

6

que a Câmara também apoia e apoiará a agricultura. Quanto aos impostos disse acreditar que os que pagam, pagam proporcionalmente aos seus rendimentos obtidos. Referiu ainda que terá outra interpretação da moção quando a mesma for de âmbito municipal. Respondeu à intervenção do membro da Assembleia Municipal, Adérito Pinto, relativa ao encerramento do Tribunal de Boticas, informando que se encontra em curso a apresentação de uma Ação Popular bem como de um pedido de inconstitucionalidade ao Presidente da República e ao Provedor de Justiça. Informou de outras que dará conhecimento mais tarde. Reafirmou que serão utilizadas todas as medidas possíveis para impedir o encerramento do Tribunal e que tudo fará para defender o concelho referindo ainda que o esforço de vários municípios tem valido a pena uma vez que o número de tribunais a encerrar é atualmente menor ao inicialmente previsto.

De seguida foram postas as moções a votação, tendo-se obtido os seguintes resultados: moção apresentada pela CDU, rejeitada com três votos a favor e uma abstenção; moção apresentada pelo PSD relativa à Feira Gastronómica do Porco, aprovada por maioria com duas abstenções e moção apresentada pelo PSD contra o encerramento do Tribunal de Boticas, aprovada por maioria com a abstenção do membro da Assembleia Municipal, Arnaldo Videira.

2.1 - Apreciação de uma Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal

e Financeira, nos termos da Lei; _____

____Presente a informação (n.º AM 1/2014), ao abrigo da alínea c), n.º 2, artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que, nos termos da lei, foi enviada a todos os membros da Assembleia. _____

____Neste ponto da Ordem de Trabalhos usaram da palavra os seguintes intervenientes: _____

____O membro da Assembleia Municipal, Paulo Aleixo, que antes de abordar o ponto, referiu-se ao facto da ata mencionar a ausência de alguns membros na votação de alguns pontos na última sessão, sendo o próprio um deles, concordando com a repetição da votação daqueles pontos. Partilha as preocupações mencionadas relativas aos agricultores, referindo no entanto, que não lhe parece existir grandes injustiças em termos fiscais. Quanto ao ponto em causa louvou as medidas prosseguidas pela Câmara nomeadamente o Enxoval do Bebé, o apoio à natalidade, ao desporto, ao turismo, à cultura entre outros. Destacou as lindíssimas instalações do Centro de Artes Nadir Afonso bem como as suas exposições. Realçou o sucesso da Feira Gastronómica do Porco que teve uma ampla divulgação muito graças ao Programa televisivo "Somos Portugal" cujo investimento do Município não foi nada exagerado. Quanto ao apoio ao desporto referiu que tem grande orgulho em ser presidente do Grupo Desportivo de Boticas que conta já com cerca de duzentos atletas em várias modalidades e que este ano celebra cinquenta anos de existência, convidando a se



associarem todos às festividades, estando a criar-se para o efeito, uma Comissão para a sua organização. Agradeceu todo o apoio prestado pela Câmara ao Grupo Desportivo. Destacou ainda a brilhante intervenção do Presidente da Câmara no recente Congresso do PSD na defesa dos interesses dos munícipes, nomeadamente quanto à defesa do Tribunal de Boticas. Questionou ainda o Presidente da Câmara sobre o ponto de situação das barragens.

___O membro da Assembleia Municipal, Arnaldo Videira, que felicitou a Câmara pelas atividades desenvolvidas, referindo no entanto, a dificuldade em avaliar os seus custos e que se consta na Vila, que algumas atividades tiveram grandes implicações financeiras. Questionou sobre a limpeza e tratamento de água em Boticas uma vez que parece ter havido problemas que não estarão ainda resolvidos.

___O Presidente da Assembleia Municipal que destacou que a preocupação do membro da Assembleia Municipal, Arnaldo Videira, se centra apenas na Vila esquecendo que o Concelho também tem aldeias.

___O Presidente da Câmara Municipal que relativamente à moção contra o encerramento do tribunal referiu ter pena em não ter sido aprovada por unanimidade mas compreende que cada um tenha a sua opinião e a sua disciplina de voto. Relativamente à intervenção do membro da Assembleia Municipal, Paulo Aleixo, agradeceu as palavras referindo que não faz mais do que a sua obrigação e que o Município está sempre em

primeiro lugar. Referiu-se ainda que pertence a um partido mas que não vai aos congressos bater palmas quando os interesses do concelho são postos em causa. Em relação à questão das barragens informou que está definitivamente assinado o Protocolo entre o Ministério do Ambiente e a Iberdrola. Referiu a existência de aspetos ambientais que devem ser ponderados nas áreas afetadas mas que não deixam de ser superados pelos fatores positivos tendo em conta os investimentos que irão ser efetuados, traduzindo-se na promoção da economia com a construção das três barragens, prevendo-se uma criação de emprego considerável durante sete ou oito anos, com uma diminuição natural depois da conclusão daquelas infra estruturas. Confirmou a existência de contrapartidas nos municípios afetados, que resultam de acordos já negociados com executivos anteriores. Referiu que no governo liderado pelo Primeiro Ministro "Sócrates", a "Iberdrola" pagou ao Estado Português a parte que era dos Municípios e nunca deu nenhuma participação aos Municípios afetados. Afirmou que neste momento existem acordos e contrapartidas, prevendo-se o início das construções no final do ano de 2014. Quanto aos custos das atividades que a Câmara desenvolve, referida pelo membro da Assembleia, Arnaldo Videira, diz estar sempre disponível para prestar o máximo de informação possível mas que é difícil facultar custos para todas as medidas e que as mesmas estão discriminadas nos documentos financeiros que a Câmara aprova. Referiu-se ao programa televisivo "Somos Portugal" escla-

recendo que a despesa suportada em refeições e alojamentos pelo Município foi de treze mil euros, não tendo sido utilizado para pagar luxos, como alguns pretendem fazer acreditar, mas sim para suportar as despesas com o pessoal e artistas afetos ao programa. Referiu que na política não vale tudo e que o dinheiro é de todos e por isso deve ser gerido com rigor como tem acontecido. No que toca à limpeza das águas residuais, afirma que as inspeções à ETAR têm sido aprovadas, podendo eventualmente existir pequenos problemas pontuais mas que seria enviado um técnico ao local de maneira a averiguar a situação.

___A vereadora, Ana Luísa Monteiro, solicitou a palavra o que lhe foi recusado pelo Presidente da Assembleia Municipal uma vez não ter-se verificado o mencionado no n.º 2 do artigo 41.º do Regimento, isto é, não obteve autorização do Presidente da Câmara. Referiu que irá intervir por outros meios nomeadamente através da apresentação de uma declaração de voto.

___O membro da Assembleia Municipal, Arnaldo Videira, reiterando que em relação às atividades desenvolvidas pela Câmara lhe é difícil avaliá-las porque é difícil avaliar os seus custos. Achou ainda um exagero o número de forças de segurança envolvidas na inauguração da Loja Interativa de Turismo de Boticas e na inauguração da Feira Gastronómica do Porco, comparando a situação com a da Líbia.

___O Presidente da Câmara Municipal respondeu que são as próprias forças de segurança que planeiam a segurança não

dependendo em nada da Câmara e que o seu número mais elevado se deve à presença de um membro do Governo, nomeadamente do Secretário de Estado da Administração Local e para que o trânsito fluísse com normalidade. Acrescentou que a Câmara Municipal não tem nenhum gasto com o efetivo policiamento. _____

____O Presidente da Assembleia Municipal louvou os eventos organizados pela Câmara Municipal pelo retorno que proporcionam tendo em conta o seu investimento e que é bom que nunca os deixe de fazer, referindo ainda que as contas foram sempre bem geridas e aprovadas pelo Tribunal de Contas. _____

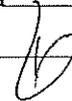
____2.2 - Minuta de "Acordo de Execução de Delegação de Competências" a celebrar com as Juntas de Freguesia; _____

____Presente a proposta em epígrafe para aprovação e oportunamente enviada aos membros da Assembleia Municipal. _____

____Neste ponto da Ordem de Trabalhos usaram da palavra os seguintes intervenientes: _____

____O Presidente da Câmara Municipal que prestou alguns esclarecimentos nessa matéria, nomeadamente pelo facto da lei exigir que a delegação de competências para as Juntas de Freguesia seja efetuada através da aprovação dos documentos referidos nos pontos 2.2 e 2.3., onde os presidentes de Junta foram previamente ouvidos, encontrando-se, assim, a lei cumprida, disponibilizando-se para qualquer esclarecimento. _____

____O membro da Assembleia Municipal, Arnaldo Videira, que mostrou algumas dúvidas quanto à eficiência das medidas



neles incluídos e que a Câmara teria mais poder de negociação na contratação dos serviços do que cada uma das freguesias. Referiu que gostaria de ouvir a opinião das Freguesias. Mencionou a existência de um estudo nessa matéria e que pretende obter informações sobre o mesmo. Relativamente aos jardins indicou alguns casos que ficaram de fora dessa delegação, pretendendo saber a razão para tal. _____

____O membro da Assembleia Municipal, Paulo Aleixo, que abordou os pontos 2.2 e 2.3 em conjunto, afirmando que o apoio às Freguesias é fundamental e que sabe das dificuldades passados por aqueles que estão à frente das mesmas, muitas vezes julgados injustamente pela população, em que muitos casos os próprios adiantam dinheiro seu para a Freguesia e que suas casas são muitas vezes "sedes de junta", uma vez que já desempenhou aquele cargo. Referiu-se à lei da delegação de competências que considera de vergonhosa uma vez que não prevê recursos financeiros para cumprir com as novas competências das Freguesias. Apelou ainda aos presidentes de junta " não façam da mentira a vossa ação, a mentira nunca será verdade". Concluiu louvando o apoio da Câmara às Freguesias, fundamental para as populações. _____

____O Presidente da Câmara Municipal que realçou que os documentos de delegação de competências propostos já integram o resultado da consulta tida com os presidentes de junta de acordo com o estipulado na alínea i) do artigo 16.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro e que os mesmos têm perfeita

noção do seu conteúdo. Relativamente aos jardins, esclareceu que alguns não foram englobados na delegação de competências por já estarem concessionados pela Câmara Municipal. Referiu que a delegação de competências é uma imposição legal e que a Câmara tem de cumpri-la, que poderá ter aspetos positivos, uma vez que as Juntas de Freguesia conhecem melhor a realidade dos seus territórios, conseguindo resolver os problemas com mais eficácia. Destacou que essa delegação de competências não pode ter aumento de despesa pública, segundo a lei, referindo que algumas freguesias irão efetuar trabalhos com funcionários da Câmara. Referiu existir na lei, em sua opinião, algumas falhas ou lacunas do legislador e que a mesma não se enquadra totalmente na realidade de algumas freguesias, nomeadamente as do interior, tendo esses aspetos sido referidos numa reunião no âmbito da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Quanto aos documentos de delegação de competências elaborados pelo Município, referiu terem sido os mais enquadrados na lei e os mais completos, entre os apresentados pelos vários Municípios. _____

___A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Minuta de "Acordo de Execução de Delegação de Competências" a celebrar com as Juntas de Freguesia, e após análise e discussão deliberou, por unanimidade, aprová-la. _____

___**2.3 - Minuta de "Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências - Conservação e Manutenção de Vias Municipais", a celebrar com as Juntas de Fregue-**



sia _____

____Presente a proposta em epígrafe para aprovação e oportunamente enviada aos membros da Assembleia Municipal. _____

____O Presidente da Câmara referiu este ponto como sendo complementar ao ponto 2.2. _____

____A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Minuta de "Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências - Conservação e Manutenção de Vias Municipais", a celebrar com as Juntas de Freguesia, e após análise deliberou, por unanimidade, aprová-la. _____

____2.4 - Proposta de fusão por incorporação da "EEA - Empreendimento Eólico da Alvadia, EIM, Lda." sociedade incorporada, na sociedade EHATB - Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A., sociedade incorporante / Pedido de autorização; _____

____Presente a proposta em epígrafe para aprovação e oportunamente enviada aos membros da Assembleia Municipal. _____

____O Presidente da Câmara Municipal prestou alguns esclarecimentos referindo nomeadamente que a operação permitirá a obtenção de dividendos na ordem dos dois milhões de euros por ano aos municípios da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, constituindo-se como um balão de oxigénio para esses Municípios, tendo em conta a crise que se atravessa. _____

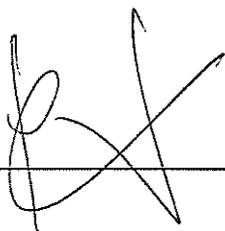
____O Presidente da Assembleia Municipal interviu referindo que pela experiência que tem do cargo que ocupou anteriormente, se trata de um excelente negócio para o Município,

como referiu o Presidente da Câmara. _____

___A Assembleia Municipal tomou conhecimento da proposta de fusão por incorporação da "EEA - Empreendimento Eólico da Alvadia, EIM, Lda." sociedade incorporada, na sociedade EHATB - Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A., sociedade incorporante / Pedido de autorização, e após análise e discussão deliberou, por unanimidade, aprová-la. _____

___ **Encerramento da Reunião e Aprovação da Ata.** _____

___E não havendo mais assuntos a tratar, o senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a reunião eram 17 horas e 30 minutos. Para os efeitos consignados no nº 1, do artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal deliberou aprovar, por maioria, com quatro votos contra, a presente ata que inclui retificações à minuta e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Filipe Silva, Secretário do GAP, que a elaborei. _____



Filipe Silva

ANEXOS

DECLARAÇÃO DE VOTO

recebido
26.12.2014
f

António Paulo Pereira Sanches, membro da Assembleia Municipal de Boticas por inerência do cargo de Presidente da Junta de Freguesia, para o qual foi legitimamente eleito nas últimas eleições autárquicas de setembro de 2013, vem manifestar o seu voto contra o teor da acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 16 de dezembro de 2013 porque há certos pontos que não traduzem a verdade dos factos.

Uma acta deve traduzir o que de relevante interesse se explana numa reunião e não só aqueles que, a quem elabora a acta, interessa que sejam referidos.

Se na acta são referidos os elogios também devem ser referidas as criticas que são endereçadas.

Se vem referido na acta em causa os meus elogios à abertura de diálogo do actual Presidente da Câmara Municipal bem como as minhas explicações em relação a um ofício de uma eleita pelo PSD na Assembleia de Freguesia de Dornelas, recebido pela Mesa da Assembleia Municipal, também essas mesmas explicações deveriam ser reproduzidas na integra, pois também referi que as reuniões da Assembleia Municipal sempre tiveram lugar num local que não o Salão Nobre da Câmara Municipal mas sim o Auditório Municipal Dr. José Joaquim de Sousa Fernandes.

Diz-se na acta, em relação a esse mesmo ofício no qual informa que “a tomada de posse dos eleitos daquela Freguesia (de Dornelas) não decorreu na sede da Junta de Freguesia **como previsto** mas sim na “casa de ensaio””. Gostava que me fosse esclarecido se é obrigatório ou se está previsto que as Assembleias de Freguesia sejam realizadas nas sedes das Juntas de Freguesia ou se podem ocorrer num outro lugar, sendo este propriedade pública da Freguesia.

Também é referido nos pontos **2.13**, **2.14** e **2.15** que alguns dos membros desta Assembleia, por se encontrarem impedidos de votar se ausentaram da sala nos termos da lei. Isto não corresponde à realidade pois não é verdade que os referidos membros, apesar de não terem votado, se tenham ausentado da sala.

Também no último parágrafo da minuta de acta que me foi remetida refere que “a Assembleia deliberou aprovar a acta em minuta”. Isto também não corresponde à verdade pois nem sequer foi solicitado que qualquer dos assuntos tratados fosse aprovado em minuta assim como a própria acta também não foi proposta para aprovação em minuta, razão pela qual só agora é posta a votação. Aliás, parece que tem sido prática corrente desta Assembleia Municipal a aprovação das actas em minuta nestas condições.

Por todas estas razões tenho que manifestar o meu **voto contra** sobre uma acta que não reproduz fielmente o que na realidade se passou na sessão em causa, requerendo desde já a transcrição da presente declaração em acta.

O Presidente da Junta de Freguesia de Dornelas

recebido
26.9.2014
b

DECLARAÇÃO DE VOTO

Relativo ao voto contra a Aprovação da minuta da acta da Assembleia Municipal de 16 de Dezembro de 2013

Adérito Vaz Pinto, vota contra o teor da minuta da acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 16 de dezembro de 2013, quanto aos seguintes pontos, por não reproduzirem a verdade:

Quanto aos pontos **2.13**, **2.14** e **2.15**, é mencionada que os eleitos presente, por se encontrarem impedidos de votar, se ausentaram da sala nos termos da lei, o que não é verdade., pois os mesmos, não votaram, mas não se ausentaram da sala. Saldando melhor entendimento, este aspecto fere de nulidade as deliberações em causa, nulidade essa que aqui se invoca sobre as referidas deliberações para todos os efeitos legais.

No que se refere ao último parágrafo da minuta de acta, julga-se tratar-se de lapso pois é referido "a Assembleia deliberou (vai deliberar) aprovar a acta em minuta". Ora sucede que o que se vai por a votação é uma minuta da acta, não é uma acta em minuta. Esta última figura é utilizada quando, nomeadamente por razões de urgência, logo após a Assembleia é apresentada uma acta em minuta para aprovação imediata, quando algum ou vários dos assuntos tratados tenha que ser aprovado de imediato em minuta. A primeira figura é a que se aplica ao caso. Certo que aparenta tratar-se de lapso, e sem relevância legal, fica aqui a nota para correcção futura.

Falta ainda a integração na acta das declarações de voto apresentadas e não se encontram nem juntas, nem anexas, nem transcritas.

Há ainda omissão de uma intervenção da minha parte no que se refere à uma resposta à intervenção final do Ex. Sr. Presidente desta Assembleia Municipal, no qual o aqui declarante, afirmou que a postura deste foi lamentável durante a sessão, pelo facto de constantemente emitir opiniões ou tecer comentários a despropósito do andamento do trabalhos.

Por estas razões, voto contra a minuta da acta.

O Eleito



Moção

(A)
Boticas
26.2.2014

PELA ANULAÇÃO DAS NOVAS IMPOSIÇÕES FISCAIS E ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA SEGURANÇA SOCIAL

SOBRE OS PEQUENOS E MÉDIOS AGRICULTORES

A ONU – Organização das Nações Unidas, consagrou 2014 como “Ano Internacional da Agricultura Familiar”.

Como todos sabemos nosso Município é maioritariamente Agrícola e a esmagadora maioria das Explorações Agrícolas e Agro-Alimentares são do tipo familiar, em que o pequeno e médio agricultor-produtor trabalha dentro das suas própria exploração, normalmente ajudado pelos seus familiares ainda que, por vezes, possa recorrer a alguma mão-de-obra assalariada, sobretudo sazonal.

Valorizando nós a importância e a visibilidade que a ONU, no encontro da FAO, dão este ano à Agricultura Familiar, era importante que isso se traduzisse em mais apoios concretos e justo reconhecimento.

Neste contexto é necessário a aprovação desta moção, no sentido de apelar ao Governo pela anulação das Imposições Fiscais e isenção do pagamento das contribuições da segurança social que decorrem do Orçamento de Estado já desde Janeiro – 2013, para serem aplicadas sobre os pequenos e médios Agricultores e cujo prazo-limite para inscrição obrigatória nas Finanças já foi adiado várias vezes pelo Governo.

tratam-se de medidas fiscais e contributivas desadequadas e injustas perante a realidade nacional.

Se aplicadas em definitivo, as novas Imposições Fiscais e Contributivas para a Ssegurança Social vão provocar a ruína de dezenas de milhares de pequenas e médias Explorações Agro-Alimentares Familiares que, ao invés, muito importa defender e promover, pois contribuem para a produção de Alimentos de elevada qualidade alimentar, são indispensáveis para garantir rendimentos aos Agricultores e respectivas Famílias e, ainda tão importantes para proporcionar a coesão territorial e o equilíbrio da Balança Comercial Alimentar.

Boticas, 26 de Fevereiro de 2014

A Eleita pela CDU



(Magda Barróso)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BOTICAS
GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Municipal

③

*Recibido
26.2.2014
D*

XVI FEIRA GASTRONÓMICA DO PORCO - FELICITAÇÕES

Municipal

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Boticas manifesta a sua satisfação pelo enorme sucesso alcançado pela XVI edição da Feira Gastronómica do Porco, realizada entre os dias 17 e 19 de Janeiro último, que cumpriu intransigentemente com os seus propósitos de defesa dos interesses do mundo rural Barrosão e preservação, valorização e divulgação dos produtos da agricultura e da pecuária locais, constituindo-se ainda como uma grande jornada de divulgação da nossa terra, dos nossos usos, costumes, tradições e potencialidades turísticas, tendo atraído milhares de visitantes até ao nosso Concelho e alcançado uma elevada notoriedade além-fronteiras, para a qual também muito contribuiu a transmissão em direto desde Boticas do Programa "Somos Portugal", da TVI, que bateu todos os recordes de audiência, alcançando uma média ao longo do programa superior a um milhão e cem mil espetadores, só em termos nacionais, tendo também emitido para todo o mundo através da TVI Internacional, o que permitiu que o nosso Concelho estivesse presente em milhões de lares em todo o mundo.

Por tudo isto, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata deixa as suas felicitações à Câmara Municipal pela excelente organização deste certame que é o grande cartaz promocional do nosso Concelho, fazendo votos para que a Feira Gastronómica do Porco possa crescer ainda mais, ano após ano, mantendo a qualidade a que já nos habituou e assumindo-se como um evento de excelência na região e no país.

Municipal

O Grupo Parlamentar do PSD Boticas

Boticas, 26 de fevereiro de 2014

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
Camilo Anes Pires
Autêntico em curto

[Handwritten signature]

Miguel D. Cruz

Alcega Paraiso Dinsip

Sandra Isabel Andre' de Res

Maria Alice Barcelos Tenques.

Ally

José Manuel Fernando Pereira

Daniel Costa Moura Nias

Adel Cristina Queiroz Florang



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BOTICAS
GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Municipal

100 hto
26.2.2014
d

MOÇÃO

Na sequência da aprovação em Conselho de Ministros do novo Mapa Judiciário, que aponta o Tribunal de Boticas como um dos que irá encerrar, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Boticas manifesta a sua total discordância com esta posição do Ministério da Justiça, por se tratar de uma medida altamente gravosa e lesiva que implica uma perda irremediável para a população do Concelho de Boticas e de toda a região, afastando a nossa população do acesso à Justiça, um direito consagrado na Constituição da República Portuguesa e que assiste a todos os cidadãos.

Esta tremenda injustiça para com a população do nosso Concelho é ainda maior se atendermos ao facto de que não existem quaisquer critérios que justifiquem o encerramento de uns tribunais em detrimento de outros ou da sua transformação em Secções de Proximidade, parecendo apenas obedecer aos "lobbies" instalados, nomeadamente os dos grandes escritórios de advogados.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata entende que os argumentos apresentados junto da Sra. Ministra da Justiça justificam em pleno a manutenção do nosso Tribunal, já que o mesmo representa custos manifestamente reduzidos em termos do seu funcionamento (de pouco mais de 10 mil euros/ano), custos esses que o Município se comprometeu inclusive a suportar, e não dispõe o nosso Concelho de uma rede de transportes públicos capaz de responder às necessidades de deslocação para Chaves e/ou Vila Real. Tais deslocações irão onerar significativamente os custos da Justiça em particular num concelho com uma população envelhecida, com muitas carências, sem transporte próprio e que vive no limiar da pobreza. O atual modelo de funcionamento do nosso Tribunal, em regime de Comarca Agregada (neste caso com Montalegre) garante uma otimização de

Senhora Isabel André dos Reis



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BOTICAS
GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA**

recursos, representando poupanças significativas para o Ministério da Justiça e servindo convenientemente a população, já que ao invés de ser a população a ter que se deslocar é o juiz quem se desloca até Boticas para a realização das respetivas audiências, o que acontece há já 20 anos

Por todos os motivos apresentados, não entende o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata a insistência no encerramento do Tribunal de Boticas, que tantos problemas acarretará para a população do nosso Concelho e que de forma alguma significará maior poupança ou maior eficácia para a Justiça, tanto mais que o Tribunal de Vila Real não tem instalações capazes de dar resposta ao aumento de processos, obrigando a que estas sejam construídas ou alugadas, o que irá implicar uma despesa bem mais elevada para o Ministério da Justiça.

Pelas razões apresentadas, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata de Boticas propõe à Assembleia Municipal que:

- 1 - Manifeste a sua total discordância e repúdio face ao encerramento do Tribunal de Boticas;
- 2 - Sejam acionados pelo Município os meios legais disponíveis, nomeadamente a interposição de uma Providência Cautelar, não impossibilitando a realização de outras ações que se venham a revelar adequadas a esta "luta" pela defesa do pleno direito do acesso dos cidadãos da nossa terra à Justiça;
- 3 - Seja enviada cópia desta Moção ao Senhor Primeiro-Ministro e aos líderes dos Grupos Parlamentares na Assembleia da República.

O Grupo Parlamentar do PSD Boticas

Boticas, 26 de fevereiro de 2014

Amador
✓ Camilo Anes Pires
António do Espírito Santo
Miguel Augusto Costa
Luís Carlos Dias
Rosa Alice Gonçalves Marques.

João
João

João
João
João